

# Δ literatura na equação da mulher

Antonio Cardoso Filho<sup>1</sup>

Homem e mulher – androginia do discurso: junção de masculino e feminino – percurso de uma sexualidade insatisfeita na incompletude do seu gozo.

## 1. Palavra de abertura

Atualmente, muito se fala sobre a mulher e sobre o feminino. Aos críticos da literatura também não escapou uma palavra onde estes significantes são postos em tensão. É notório que nos últimos anos, os debates em torno das relações entre a literatura e o feminino não têm sido raros nem pouco acalorados. É que essa temática coloca face a face a arte e a sexualidade. Devemos, contudo, não confundir os conceitos de uma ciência com as idéias correntes no uso popular. Dessa maneira, impõe-se logo de início um esclarecimento sobre a ótica da psicanálise quanto ao sexual e mesmo quanto ao masculino e ao feminino.

Em 1925, com o artigo “Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos”, Freud afirma a existência de “traços masculinos e femininos” no psiquismo de todos os indivíduos do gênero humano. Tal afirmação compromete de imediato qualquer outra que pretenda dogmatizar as posições “homem” e

---

<sup>1</sup> Prof. Associado de Teoria Literária da UFS.

“mulher” como se fossem encerradas em si mesmas, deslocando-as para um outro lugar onde cada uma funciona intercambiavelmente com a outra dentro do mesmo espaço. Falar, então, em “homem” e “mulher” é estar apenas no campo do masculino e do feminino, respectivamente, com as implicações próprias destes termos, segundo a concepção estabelecida pela psicanálise.

Pode-se dizer que a sexualidade humana apresenta pelo menos dois caracteres imediatos: 1- ser homem ou ser mulher não vem de fatos da Natureza, mas de “fatos” de um discurso, o que faz com que seja preciso falar-se mais em “estar na posição” homem ou mulher do que “ser” homem ou mulher. Associar a posição de homem com a condição de macho ou identificar a posição de mulher com a condição de fêmea é recusar a sexualidade como efeito sintático, entenda-se: como resultado de articulações discursivas na mundividência do falante. Aqui se tem uma outra ordem de acontecimentos, a ordem do lógico, onde os órgãos de reprodução perdem a hegemonia no campo do sexual. ~~Vx Φx~~ Pois como já explica Lacan no Seminário 19 (2003, p. 12): “a diferença que há, perfeitamente notável e desde os primeiros anos, entre uma menina e um menino [...] isto não faz parte de uma lógica”. Portanto, a questão central da sexualidade – e não da diferença anatômica – deve ser procurada na ordem da linguagem, ou seja, em uma ordem lógica. Daí Lacan, para explicar os lugares de Homem e de Mulher na sexualidade humana, elaborar no Seminário 20, o que se chamou de “fórmulas quânticas da sexuação” nas quais encontramos o fragmento abaixo:

H O M E M	M U L H E R
$\exists x \overline{\Phi x}$	$\overline{\exists x} \Phi x$

Ao falar em *sexuação* em vez de sexo, e ao procurar explicar os posicionamentos sexuais através de quantificadores que se organi-

zam matematicamente, Lacan nos remete para esse campo outro, onde toda inscrição se faz na lógica artificial do simbólico e não na ordem natural da genética. Falar em *sexuação* significa que a sexualidade é uma organização simbólica construída na rede significante que é lançada sobre o sujeito desde seus primeiros anos de existência. A rede significante não é tecida pelo biológico, mas pelo imaginário do sentido, pelo simbólico de suas articulações e pelo real da ausência que traz o fracasso de todo discurso em sua pretensão de ser completo. Assim, masculino e feminino são gêneros que só podem ser compreendidos na lógica do humano e não no biológico do animal.

Vamos falar agora um pouco sobre o pensamento lacaniano acerca da mulher a fim de situar melhor as bases do que será desenvolvido nas articulações entre a literatura e o feminino.

## 2. Lacan e o estatuto da mulher

Como vimos, a concepção psicanalítica sobre a sexualidade não segue o rumo da aparência sintomática ou da prática sexual-genital. Ela segue o rumo da subversão ideológica, ou seja, “o que se suporta sob a função do significante, de *homem*, e de *mulher*, são apenas significantes absolutamente ligados ao uso *discorrente* da linguagem”, diz Lacan (1985, p. 49). Discorrente, porque desconectado de uma visão ideológica comportamentalista ou voltada para funções apriorísticas, mesmo que de ordem genética ou fisiológica.

Passemos agora para uma reflexão sobre o feminino, essa posição do falante no discurso cujo lugar é de não-todo. É por não suportar a permanência ininterrupta do feminino, em seu caráter de espaço aberto, que o falante dirige-se até a ordem do masculino para, a partir dela, poder situar-se no sistema do mundo, no sistema dos seres. A negatividade do feminino, o seu não-todo, encontra a sua explicação na falta inscrita nele mesmo, daí o imperativo de ir

até a positividade da ordem fálica para poder sair do anonimato de si mesma e apresentar-se no discurso da sexualidade como fenômeno existencial do falante.

A mulher é anônima porque ontologicamente *não é*, porque a sua organização é de espaço aberto, não preenchido, e como tal inquiridor por si mesmo. Se o masculino é a possibilidade do estabelecimento de uma ordem pela nomeação do ser, o feminino é a negação dessa ordem, e, por isso, é a porta que se abre para a possibilidade da criação.

Na verdade, ao matemizar o estatuto da mulher

( $\overline{\exists x} \quad \overline{\Phi x} \quad \overline{\forall x} \quad \Phi x$  – isto é, não existe nenhum que não seja função fálica para que não-todo seja função fálica), Lacan chama a atenção exatamente para esse fato de incompletude a ela inerente. Estar na posição de mulher não é outra coisa senão ter saltado da positividade fálica. Entretanto, saltado a uma distância que, a qualquer momento, seja possível recorrer a essa positividade. Não é por nada que a negatividade do morfema zero na lingüística opera totalmente na ambigüidade: é uma ausência imantadora de presença, embora o seu rosto seja de falta, e dizemos assim com justa razão, pois se por um lado sua ausência é indício de uma presença, por outro, a presença reivindicada é sempre faltosa. Daí a mulher ter tudo a ver com a falta de um significante no campo do Outro, com o  $S(\quad)$ , com o significante da falta.

Na mulher, há uma fenda inobturável decorrente do seu estatuto constituído pela negação da universalidade. A mulher experimenta a condição de incompletude, de não-odização ( $\overline{\forall x} \quad \Phi x$ ). É a regra fundamental da interdição do todo com a conseqüente condução dessa postulação sexual para o estatuto da verdade. Não sem motivo, Lacan articula tal estatuto com a posição da mulher, ou seja, a mulher é abordável na parcialidade, que também nada mais é que a parcialidade da Coisa, da Coisa materna. A coisa é o ser antes do sentido, ou seja, é o ser excluído do sentido. A coisa faz presença,

mas é sinal de ausência. Se por um lado apresenta-se como desafio constante ao sentido, por outro, ela mostra o seu real no mundo. É o pleno e o vazio da linguagem a dialetizarem no espaço do sentido as reivindicações do discurso.

Estamos no pleno domínio do discurso. E, como já dissemos a respeito do homem, a mulher também é efeito de uma escritura, só que essa escritura escapa à dimensão do dito para se postar na exclusividade e insaciabilidade do dizer. É a escritura como uma potência para o dizer e não como ato que define um dito.

Fala-se no ser da mulher, estando-se limitado pela mesma barra de quando se fala n mulher. Teríamos que falar sempre n~~A~~ mulher, barrada pela falta de um significante no campo do Outro (S(A)). Essa falta de significante no campo do Outro pode ser marcada com Zero. Esse Zero, contudo, não indica um lugar dentro da série dos números naturais. Se indicasse teria o mesmo valor do 1. Esse Zero indica a permanência da ausência como garantia da manutenção da série. É porque falta que se pode colocar sempre mais um. Assim, não seria absurdo dizer que é por causa dele que a mulher está aí. Ela, então, é um ser de falta ou, ainda, um ser que possibilita a diferença. Podemos mesmo perguntar como esse ser anti-ontológico se faz presente na relação sexual. Isso ocorre porque ele aí entra enquanto identificado com a mãe. Lacan afirma: a mulher não será jamais tomada senão “quoad matrem”, isto é, como um significante já referenciado falicamente. Por aqui vê-se que o não-todo é compreendido na dimensão da coisa, da Mãe, que, se por um lado apresenta a vacância fálica, por outro lado dirige o olhar na direção do Pai simbólico, basculando assim nos dois campos. Daí Alain Juranville chamar a atenção para o fato de a “coisa maternal” não ser apenas sujeito, mas também objeto e, como enigma a ser decifrado apresenta-se no mundo. Ela é o ser vacante cuja fala vem denunciada pela boca do poeta Fernando Pessoa (1983, p. 319):

Sou eu mesmo, a charada sincopada  
Que ninguém da roda decifra nos serões de província

Munidos desses esclarecimentos, vejamos algumas articulações específicas dentro do tema: a literatura na equação da mulher.

### 3. A literatura no espaço do feminino

Pensar a Literatura não é pensar a obra de arte literária, embora ambas se impliquem. A Literatura ultrapassa a obra porque ela é o campo aberto da arte da Palavra, tomando-se a Palavra no estrito sentido de “Verbum”. Mas o que é o “Verbum”? Verbo é a palavra latina que traduz o termo grego comum: *logos*<sup>2</sup>.

No versículo 1 do capítulo primeiro do Evangelho de São João, encontramos: “In principio erat Verbum” (No princípio era o Verbo). Pode-se inferir do prólogo joanino que, antes da criação, havia a Linguagem como princípio criador, o *Logos* grego. Havia a Palavra, com “P” maiúsculo, que possibilitou o ato da criação através da “Fiat” divino. “Faça-se”, disse Deus, e fez-se. Destacamos a maiúscula para chamar a atenção da linguagem como significante e não ainda como signo. É o ato de fala de Deus que vai conferir um significado e escrever no caos a ordem dos *kosmos*, do sistema. Esse ato de fala, como se vê, está respaldado na ordem simbólica precedente: a Linguagem.

---

<sup>2</sup> Para os gregos, o “logos” indicava o discurso sobre as coisas, o relato, a razão. Heráclito explicava o “logos” como um princípio subjacente e organizador do universo, e esse princípio, embora seja percebido apenas pela inteligência, é material quando é identificado com o fogo cósmico. Então, há duas dimensões para o “logos”, uma enquanto princípio organizador e outra enquanto ato realizado.

Há, entretanto, um outro aspecto, ainda, a ser considerado. Trata-se da intimidade, senão da identificação do Verbo com Deus, pois que o cântico incorporado ao Evangelho de João, como prólogo, não apenas afirma a precedência do “Verbo” em relação à criação, mas também acrescenta que o “Verbo”, além de estar em Deus, era o próprio Deus. Diz ele: “No princípio era o Verbo. E o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus” (Jo 1, 1-2). Tal colocação teológica, respaldada em concepções da filosofia grega, pode nos servir de base para uma análise da linguagem em sua fenomenologia e em seu caráter de força criadora, como um princípio revelador da fonte e da consistência da criação. Pois que o “Verbo” não só estabelece o regime da diferencialidade, o regime da natureza ímpar do ser, mas também permite que, simultaneamente ao expediente lógico da Diferença, surja a consistência da Identidade do imaginário na língua.

Temos, então, na linguagem o princípio ativo do ato criador. Antes dela, o que há é o real puro, o impossível, a falta radical de uma ordem. É a Linguagem que vai transformar a radicalidade da ausência em marca sintomática de presença através do ato concreto da fala.

Do ponto de vista lingüístico, a obra literária é a expressão objetiva, realizada e acabada desse ato concreto da fala artística; é a realização da palavra significada. Pode-se mesmo dizer que ela é a exigência da função paterna de deter o fluxo noético e operar a castração na infinitização do dizer. Essa operação castratória do Nome-do-Pai aparece então como uma realidade necessária à estrutura do “Verbum” em seus efeitos sintomáticos no imaginário do falante. E, nesse caso, a obra é o exercício da nomeação, criando o espaço significante na abertura permanente do sentido. Não é a escritura enquanto um fato consumado que sustenta a obra no âmbito da Literatura. Isto quer dizer que não é para o discurso de *uma* verdade que se volta a obra, mas para a fala da própria Verdade enquanto impossível de ser dita.

A obra como manifestação da Literatura é a escritura da negação. Não se trata da negação disto ou daquilo, mas da negação do imaginário imediato do significado para fazer vigorar a força do simbólico instigada pelo furo do real. O que é o furo senão uma falta? Senão o registro de uma ausência que faz presença? Entramos aqui no espaço da sexualidade, e vir a esse espaço é adentrar no campo do lógico. Não falei “lógica” que, como discurso científico, volta-se para o regime do poder. Falei “lógico” onde a realidade do “ontó”, do ser dita as regras do seu próprio jogo. Não importam os axiomas que o discurso político em suas manifestações ideológicas tenta fazer prevalecer no campo da subjetividade. A verdade do sujeito aparece sempre, não pronta, mas como um constante vir-a-ser. É aí que essa verdade arrebenta qualquer estrutura de poder, qualquer sistema fixado em verdades comprometidas com interesses de grupos, mesmo que esse grupo seja uma civilização inteira.

Para falar especificamente sobre a questão da sexualidade, ou seja, do masculino e do feminino, Lacan cria as chamadas fórmulas quânticas da sexuação nas quais a mulher é situada no espaço da negação:  $\overline{\Phi_X} \ \overline{V_X} \ \Phi_X$  (não existe nenhum xis que não tenha a função fálica para que não-todo xis tenha função fálica). Em oposição ao homem, que afirma, a mulher é aquela que diz NÃO. Esse caráter de negação é um dos pontos em que a literatura se filia à sexualidade feminina. Negar é o seu papel, mas negar para poder dizer mais. Satisfazer-se no sentido dado seria permitir-se assentar na referência fálica, lugar do masculino e da castração. A Literatura como potência para a criação quer-se apenas no feminino porque ela é a expressão de que falta um significante no campo do outro:  $S(A)$ , isto é, falta sempre um significante a ser dito. A escritura em que o masculino não cessa de insistir é a voz do discurso científico, onde o todo faz valer um saber. O feminino, ao contrário, suportado pelo não-todo, ombreia com a equivocidade do sentido para remeter ao espaço onde senso e não-senso são conceitos desprovidos de

qualquer consideração. A Literatura não é ciência e, como tal, não detém nenhum saber constituído, epistêmico. Ela não se posiciona – como o texto literário – do lado do Falo, que inscreve a Lei, mesmo porque a Literatura nada escreve. A Literatura é uma possibilidade de fala. A sua problemática não é a da ordenação do masculino, mas a da abertura do feminino. Embora realizada na “Fides”, na palavra dita na fé do sentido, a sua natureza não é fálica e, portanto, vai encontrar o seu lugar próprio não na totalidade ( $\forall x \quad \Phi x$ ), na paratodização do masculino, mas na negação desse “para todo” ( $\overline{\forall x \quad \Phi x}$ ).

Segundo o *Dicionário Latino Vernáculo* de Marques Leite e Novaes Jordão, “Fides” é a palavra latina para designar a crença, a fé, a palavra de honra, o crédito. Mas aqui devemos situar o seu campo semântico numa tensão com o “Verbo”. Se “Verbo” é a palavra-Linguagem, “Fides” vai-se colocar no lugar da palavra-signo, da palavra que desencadeia o ato de fé e possibilita a ação criadora do “Verbum”. De uma forma ou de outra, a Literatura põe o homem diante da palavra. Da palavra põe o auge de sua ambivalência. A ambivalência da coisa em sua relação com o não-todo ( $\overline{\forall x \quad \Phi x}$ ). A Literatura põe um significante na ordem da fala, mas o papel desse significante é apontar uma falta de significante através da duplicidade discursiva. É no lugar dessa falta que ela coloca a sua estrutura.

Lacan (1982, p. 109) afirma que “nada se pode dizer da mulher. A mulher tem relação com  $S(A)$ , e já é nisso que ela se duplica, que ela não é toda”. A mulher tanto quanto a Literatura é barrada, é barrada quanto à plenitude do sentido. É por isso que ambas situam-se na negação do domínio fálico, no ( $\overline{\forall x \quad \Phi x}$ ). A Literatura retira desse pouco de ser – se é que se pode falar em pouco de ser – uma força que debilita qualquer pretensão de verdade definida. Octávio Paz diz que “a criação literária é simultaneamente crítica da linguagem e crítica da própria literatura. A poesia é revelação porque é crítica: abre, descobre, põe a nu o que está escondido – as

paixões ocultas, a verdade noturna das coisas, o reverso dos signos” (apud BRAGA, 1980, p. 47) . A crítica a que o poeta se refere não pode ser outra senão o questionamento enquanto tal; é a crítica tornada apenas interrogação. A “revelação”, por sua vez, liga-se à falta de um saber, liga-se ao  $S(A)$ . É a revelação de que uma verdade está *por ser* dita e manter-se-á sempre nessa condição.

Assim, a Literatura tem a ver com a Verdade, pois a Coisa é o próprio desafio à Verdade. Todavia, a relação com a Verdade se faz pela ordem do impossível e jamais pela fixação em qualquer forma de sentido. Se temos que ser não-toda significa não estar “inteiramente” determinada pela função fálica e pela lei da castração, isso que dizer que a mulher é a negação (enquanto oposição) da lei; é o campo onde a lei é negada embora haja uma referência nela, pois negar essa lei é já estar, de alguma forma, ligado a ela. O feminino é a des-ordem da escritura, é aquilo que desestabiliza o “status quo” para efetuar a continuidade, a abertura do sistema, embora em tudo isso haja uma sustentação legal, escritural, no pai-simbólico, naquela ordem de linguagem que sustenta o ato de fala de Deus. O feminino volta-se para a força motriz da metonímia no sentido de que essa figura opera sempre no desvio.

Por outro lado, dizer que não todo é função fálica ( $\overline{\forall X} \Phi_X$ ) é afirmar a existência de um elemento que não entra plenamente na relação discursiva, não se submete totalmente à lei. Isso indica a emergência da escritura falante, ou seja, da fala como uma estrutura a mostrar que a linguagem dos signos tem um percurso na castração, que o sentido é dado mas sempre incompleto, não-todo, e é nessa incompletude que a literatura cumpre a sua existência. A escritura falante é a escritura na busca da revelação do objeto mítico. Estamos transitando, aqui, na linguagem enquanto enunciado, que é fechado, ensimesmado, e onde o processo de significação é completado no último termo do texto. Mas a negação ( $\overline{\forall X} \Phi_X$ ) não pode ficar isolada em si mesma sob pena de redundar numa mera

contradição ao masculino. Ela é sustentada pela estrutura impossível  $(\overline{\exists x} \overline{\Phi x})$  – não existe nenhum que não seja castrado. Estrutura impossível, mas que remete ao enunciado de que todo falante é castrado ( ), o qual por sua vez envia à exceção, ou seja, existe pelo menos Um que não é castrado  $(\exists x \overline{\Phi x})$ . E essa exceção indica que alguma coisa permanece fora da escritura e reenvia ao surgimento do significante puro da fala, um significante estranho ao dito. O que é estranho à escritura como letra é a *enunciação* e pode-se dizer dela que reenvia ao significante puro. Da enunciação, por sua vez, pode-se dizer que está na ordem da proliferação de sentido em oposição ao enunciado que está preso a *um* sentido.

Como observa Alain Juranville, a posição da mulher é a “posição da fala, como escrita falante [...] e como fala pura” (1987, p. 280). Essa escritura falante é o exercício do discurso na condição da Coisa posta no lugar do objeto e que no discurso literário vai-se realizar através do registro material da língua. Mas, atenção! Não é a escritura em sua correspondência *mutatis mutandis* com a “parole” saussuriana, não é a fala como veículo de comunicação (ainda não se está lá), é apenas a letra inscrita como logotipo, a denunciar que pelo menos um significado existe. Estamos na ordem da obra literária enquanto letra predisposta à fala e não ainda enquanto letra propriamente dita, enquanto registro que põe em vigor a Lei do sentido e, como tal, fica como lugar do masculino de onde o ato criador surge efetivamente.

Quando Juranville atribui uma escritura à mulher, ele tem o cuidado de esclarecer o que está a chamar de escritura. Trata-se de uma “escritura falante” diz ele, ou seja, trata-se de uma escritura que não inscreve, que não impõe a ordem do sistema, porquanto o seu caráter de fala a situa na flutuação de qualquer lei. No entanto, é preciso esclarecer que ao lado desse caráter de escritura falante, a mulher é também a fala pura e com isso estamos afirmando uma natureza que extrapola o mundo, entenda-se: o mundo do sentido.

É a força do real posta e apresentada em sua radicalidade. A fala pura é o significante puro. É a própria vigência do simbólico afastado da dimensão imaginária. Entretanto, a necessidade de algo manipulável, articulável, impõe-se já que o simbólico puro é apenas um expediente sintático. É, então, que entra o imaginário com a sua consistência. Consistência de quê? Consistência de sentido; não poderia ser outra.

Tudo o que está no mundo do sujeito falante possui uma estrutura elementar, irredutível enquanto objeto fenomênico ou mesmo numênico: é a sua composição borromeana de real, simbólico e imaginário. Não há sustentação de nenhum desses elementos isoladamente; a existência de um obriga a simultaneidade dos outros. É por isso que abordar o feminino em sua dimensão de fala pura é apenas registrar a face de um significante incluído na realização da escritura em sua duplicidade de voz e silêncio. É dizer que o “Verbum” existe, que o Falo está aí – fora, mas não importa – para a garantia da “Fides”, da palavra *sígnica*, do discurso concreto em seu ato de fé na onipotência do “Verbum”. A fala pura é, então, a referência de que a Linguagem é *forma*. E é nesse ponto que podemos encontrar a referência da mulher com o falo, referência indireta, sim, mas que permite que ela não seja a louca e a Literatura não seja o caos. Agustina Bessa-Luís, no IX Encontro Nacional de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa (Recife), afirmou: “a mulher não sublima para criar; na mulher não há sentimento de culpa. Ela não se situa no eixo dramático da civilização”. Nessa afirmação, três são os termos básicos relacionados à mulher: a sublimação, a culpa e a civilização. A sublimação tem a ver com a sexualidade; a culpa e a civilização têm a ver com a lei. Como o significante sexual surge pelas identificações onde o vigor da lei ou a sua fragilidade são fatores determinantes, o que a escritora portuguesa diz se aplica às relações entre o feminino e a Literatura.

É por não estar principalmente referenciada no falo que a estrutura feminina é livre do sentimento de culpa e escapa à dramaticidade da civilização no que esta tem de imposição, de determinação fálica. É por não estar plenamente submetida à lei que a mulher, o feminino, quebra a norma e rompe o sistema. Contudo, é preciso ver que a estrutura feminina desestabiliza qualquer norma, mas não cria. Criar é próprio do masculino, criar é fazer um recorte no caos e estabelecer a ordem. Ora, se a mulher é o alheamento a qualquer dogma, ela está desprovida do único instrumento criador: o Falo. A mulher não cria, a mulher permite, torna possível a criação por causa de sua natureza excluída do todo, e essa abertura para a criação jamais deve ser confundida com o ato criador. A Literatura enquanto campo aberto da arte da linguagem, como afirmamos no início deste trabalho, é o significante puro, é a provocação da Coisa em sua ausência de sentido definido. A obra literária, por sua vez, é o significante da fala, o significante fálico, a declarar que algum sentido existe e está aí, basta procurá-lo. A Literatura, portanto, em sua consistência sintomática na existência ocupa a posição da mulher, a posição daquela cujo gozo só pode dar-se no campo do Outro, enquanto a obra literária ocupa a posição do homem, pois insiste em colocar falicamente a palavra que cria e organiza.

Lacan (1982, p. 99) afirma que, por ser não-toda, a mulher “tem em relação ao que designa de gozo a função fálica, um gozo suplementar”. Essa suplementariedade na ordem gozosa traz a perpetuidade da falta no gozo fálico, que ela experimentaria se estivesse na posição do homem, e a introduz no gozo do Outro.

A Literatura é um significante, sim, mas não um significante qualquer, pois, como mulher séria (entenda-se: que faz série) ocupa o lugar daquela que está sempre à espera da palavra potente, do sentido fálico com o qual possa gozar o gozo da mulher e realizar-se como Literatura.

## Referências Bibliográficas

BRAGA, Maria Lúcia Santaella. Produção, linguagem e ideologia. São Paulo: Cortez, 1980.

JURANVILLE, Alain. Lacan e a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. O seminário, livro 19: ... ou pior. Salvador: Espaço Moebius, 2003.

LEITE, Marques; JORDÃO, A. J. Novaes. Dicionário latino vernáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lux, 1956.

MAGALHÃES, Lúcia Cademartori. Os significantes e a insistência do sentido. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço, 1976.

MANNONI, Octave. Chaves para o imaginário. Petrópolis: Vozes, 1973.

MENDONÇA, Antônio Sérgio. Psicanálise & literatura. Rio de Janeiro: Aoutra, 1985.

PEREIRA, Regina de Castro Chagas. A espiral do símbolo: a arte como terapia. Petrópolis: Vozes, 1976.

PESSOA, Fernando. Oba poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.